

 	Professor (a): Carlos Augusto Pereira Gonçalves	
	Aluno (a):	
	Série: 2 ANO – POLÍTICA, ESTADO E SOCIEDADE	
	Data: ___ / ___ / 2017.	
	Disciplina: Sociologia SIMULADO	
Avaliação:	NOTA: <input style="width: 50px; height: 30px;" type="text"/>	
ENSINO MÉDIO		

Questão 01 - (UNESP SP)

É necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade. Deixando de parte, pois, as coisas ignoradas relativamente aos príncipes e falando a respeito das que são reais, digo que todos os homens, máxime os príncipes, por estarem mais no alto, se fazem notar através das qualidades que lhes acarretam reprovação ou louvor. Isto é, alguns são tidos como liberais, outros como miseráveis; alguns são tidos como pródigos, outros como rapaces; alguns são cruéis e outros piedosos; perjuros ou leais; efeminados e pusilânimes ou truculentos e animosos; humanitários ou soberbos; lascivos ou castos; estúpidos ou astutos; enérgicos ou indecisos; graves ou levianos; religiosos ou incrédulos, e assim por diante. E eu sei que cada qual reconhecerá que seria muito de louvar que um príncipe possuísse, entre todas as qualidades referidas, as que são tidas como boas; mas a condição humana é tal, que não consente a posse completa de todas elas, nem ao menos a sua prática consistente; é necessário que o príncipe seja tão prudente que saiba evitar os defeitos que lhe arrebatariam o governo e praticar as qualidades próprias para lhe assegurar a posse deste, se lhe é possível; mas, não podendo, com menor preocupação, pode-se deixar que as coisas sigam seu curso natural.

(Maquiavel. O Príncipe, 1983. Adaptado.)

Identifique, exemplificando com passagens do texto, a concepção de Maquiavel acerca da maneira como o governante deve se comportar. Indique dois elementos, presentes ou não no texto, que permitam associar o pensamento de Maquiavel à visão de mundo dos humanistas.

Questão 02 - (IFPE)

Qual dentre as alternativas abaixo não corresponde a uma característica das monarquias absolutistas surgidas na Europa na Idade Moderna?

- a) Nos regimes absolutistas, todo o poder político e administrativo estava centralizado na figura do Rei.
- b) O poder do monarca foi legitimado por vários teóricos, como Nicolau Maquiavel e Jacques Bossuet.
- c) A teoria do Direito Divino dos Reis afirmava que o poder do monarca absolutista tem como fundamento a vontade de Deus.
- d) Mesmo com o poder centralizado, a população poderia fazer interferências em decisões reais, caso essas fossem impopulares.

- e) A economia desses Estados era baseada em práticas conhecidas como Mercantilismo.

Questão 03 - (UNESP SP)

Texto 1

A verdade é esta: a cidade onde os que devem mandar são os menos apressados pela busca do poder é a mais bem governada e menos sujeita a revoltas, e aquela onde os chefes revelam disposições contrárias está ela mesma numa situação contrária. Certamente, no Estado bem governado só mandarão os que são verdadeiramente ricos, não de ouro, mas dessa riqueza de que o homem tem necessidade para ser feliz: uma vida virtuosa e sábia.

(Platão. *A República*, 2000. Adaptado.)

Texto 2

Um príncipe prudente não pode e nem deve manter a palavra dada quando isso lhe é nocivo e quando aquilo que a determinou não mais exista. Fossem os homens todos bons, esse preceito seria mau. Mas, uma vez que são pérfidos e que não a manteriam a teu respeito, também não te vejas obrigado a cumpri-la para com eles. Nunca, aos príncipes, faltaram motivos para dissimular quebra da fé jurada.

(Maquiavel. *O Príncipe*, 2000. Adaptado.)

Comente as diferenças entre os dois textos no que se refere à necessidade de virtudes pessoais para o governante de um Estado.

Questão 04 - (UNIMONTES MG)

A democracia é a vontade da Lei, que é plural e igual para todos, e não a do Príncipe que é impessoal e desigual para os favorecimentos e privilégios.

(GUIMARÃES, Ulisses. In: Ricardo, Adhemar e Flávio. *HISTÓRIA*. Belo Horizonte-MG: Lê, 2001. p. 453.)

O pensamento exposto pelo parlamentar brasileiro opõe-se frontalmente ao pensamento de/dos

- a) Bossuet.
- b) iluministas.
- c) Hobbes.
- d) Maquiavel.

Questão 05 - (ENEM)

Hobbes realiza o esforço supremo de atribuir ao contrato uma soberania absoluta e indivisível. Ensina que, por um único e mesmo ato, os homens naturais constituem-se em sociedade política e submetem-se a um senhor, a um soberano. Não firmam contrato com esse senhor, mas *entre si*. É *entre si* que renunciam, em proveito desse senhor, a todo o direito e toda liberdade nocivos à paz.

CHEVALLIER, J. J. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias.**
Rio de Janeiro: Agir, 1995 (adaptado).

A proposta de organização da sociedade apresentada no texto encontra-se fundamentada na

- a) imposição das leis e na respeitabilidade ao soberano.
- b) mobilização do povo e na autoridade do parlamento.
- c) alteração dos direitos civis e na representatividade do monarca.
- d) cooperação dos súditos e na legalidade do poder democrático.
- e) abdicação dos interesses individuais e na legitimidade do governo.

Questão 06 - (UFBA)

Na teoria geral do Estado distinguem-se, embora nem sempre com uma clara linha demarcatória, as formas de governo dos tipos de Estado. Na tipologia das formas de governo, leva-se mais em conta a estrutura de poder e as relações entre os vários órgãos dos quais a constituição solicita o exercício do poder; na tipologia dos tipos de Estado, mais as relações de classe, a relação entre o sistema de poder e a sociedade subjacente, as ideologias e os fins, as características históricas e sociológicas.

As tipologias clássicas das formas de governo são três: a de Aristóteles, a de Maquiavel e a de Montesquieu. (BOBBIO, 1987, p. 104).

De acordo com o texto e com os conhecimentos sobre formas de governo e estruturas de poder político, são verdadeiras as proposições

- 01. Monarquia, aristocracia e democracia são formas de governo definidas por Aristóteles, a partir do conhecimento da diversidade política existente nas cidades-Estado da antiga Grécia.
- 02. A divisão de poderes fundamentou a organização da primeira Constituição republicana brasileira, promulgada em 1891, demonstrando a influência da teoria política de Montesquieu.
- 04. O pensamento político de Montesquieu opunha-se à estrutura do Estado absolutista e propiciou as bases do Estado Liberal.
- 08. As “razões de Estado”, concebidas como valor político acima de qualquer outro ideal, foi um princípio defendido por Maquiavel, considerado o fundador da moderna ciência política.
- 16. O modelo de república liberal idealizado por Maquiavel é reconhecível nas formas de governo dos países que, na contemporaneidade, constituem o denominado Grupo G8.
- 32. Aristóteles elaborou o projeto político responsável pela unificação política da Grécia dentro do modelo de tirania temporária.
- 64. Montesquieu privilegiava o Poder Executivo, em detrimento dos demais poderes, razão do seu distanciamento do pensamento político e filosófico de Maquiavel.

Questão 07 - (ENEM)

O príncipe, portanto, não deve se incomodar com a reputação de cruel, se seu propósito é manter o povo unido e leal. De fato, com uns poucos exemplos duros poderá ser mais clemente do que outros que, por muita piedade, permitem os distúrbios que levam ao assassinio e ao roubo.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**,
São Paulo: Martin Claret, 2009.

No século XVI, Maquiavel escreveu *O Príncipe*, reflexão sobre a Monarquia e a função do governante.

A manutenção da ordem social, segundo esse autor, baseava-se na

- a) inércia do julgamento de crimes polêmicos.
- b) bondade em relação ao comportamento dos mercenários.
- c) compaixão quanto à condenação de transgressões religiosas.
- d) neutralidade diante da condenação dos servos.
- e) conveniência entre o poder tirânico e a moral do príncipe.

Questão 08 - (ENEM)

TEXTO I

Até aqui expus a natureza do homem (cujo orgulho e outras paixões o obrigaram a submeter-se ao governo), juntamente com o grande poder do seu governante, o qual comparei com o Leviatã, tirando essa comparação dos dois últimos versículos do capítulo 41 de Jó, onde Deus, após ter estabelecido o grande poder do Leviatã, lhe chamou Rei dos Soberbos. Não há nada na Terra, disse ele, que se lhe possa comparar.

HOBBS, T. **O Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TEXTO II

Eu asseguro, tranquilamente, que o governo civil é a solução adequada para as inconveniências do estado de natureza, que devem certamente ser grandes quando os homens podem ser juízes em causa própria, pois é fácil imaginar que um homem tão injusto a ponto de lesar o irmão dificilmente será justo para condenar a si mesmo pela mesma ofensa.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil**.
Petrópolis: Vozes, 1994.

Thomas Hobbes e John Locke, importantes teóricos contratualistas, discutiram aspectos ligados à natureza humana e ao Estado. Thomas Hobbes, diferentemente de John Locke, entende o estado de natureza como um(a)

- a) condição de guerra de todos contra todos, miséria universal, insegurança e medo da morte violenta.
- b) organização pré-social e pré-política em que o homem nasce com os direitos naturais: vida, liberdade, igualdade e propriedade.
- c) capricho típico da minoridade, que deve ser eliminado pela exigência moral, para que o homem possa constituir o Estado civil.

- d) situação em que os homens nascem como detentores de livre-arbítrio, mas são feridos em sua livre decisão pelo pecado original.
- e) estado de felicidade, saúde e liberdade que é destruído pela civilização, que perturba as relações sociais e violenta a humanidade.

Questão 09 - (UEG GO)

Nos séculos XVII e XVIII, ganharam força as teorias contratualistas, cujo principal questionamento é o fundamento racional do poder soberano. Filósofos como Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau tinham igual propósito de investigar a origem do Estado. Esses pensadores partem da hipótese do estado de natureza e imaginam as pessoas vivendo antes de qualquer sociabilidade. Thomas Hobbes, advertindo que a guerra era inevitável no estado natural, conclui que a única maneira de garantir a paz seria a delegação de um poder ilimitado ao soberano. Por defender tais princípios, Hobbes ficou conhecido como o teórico do

- a) neoliberalismo.
- b) absolutismo.
- c) liberalismo.
- d) socialismo.

Questão 10 - (UNCISAL AL)

Tenho razão em concluir que aquele que me colocasse sob seu poder sem meu consentimento me usaria como lhe aprouvesse quando me visse naquela situação e prosseguiria até me destruir; pois ninguém pode desejar ter-me em seu poder absoluto, a não ser para me obrigar à força a algo que vem contra meu direito de liberdade, ou seja, fazer de mim um escravo. Escapar de tal violência é a única garantia de minha preservação.

LOCKE, John. *Segundo Tratado do Governo Civil*. Cap. 3, tópico 17. [s/p]. Disponível em: <http://www.filosofia.com.br/figuras/livros_inteiros/133.txt>. Acesso em: 30 out. 2015.

Na relação entre Indivíduo e Governo, o Liberalismo de John Locke, como expresso no texto, estabelece que a

- a) legitimação do poder deva advir do estado de medo.
- b) subordinação ao poder do governo deva ser limitado.
- c) separação dos poderes deva ser a base da igualdade.
- d) subjugação deva provocar desejos libertários de poder.
- e) ação soberana deva resguardar a segurança do cidadão.

Questão 11 - (ENEM)

Sendo os homens, por natureza, todos livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder político de outrem sem dar consentimento. A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, gozado garantidamente das

propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela.

LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo civil.
Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

Segundo a Teoria da Formação do Estado, de John Locke, para viver em sociedade, cada cidadão deve

- a) manter a liberdade do estado de natureza, direito inalienável.
- b) abrir mão de seus direitos individuais em prol do bem comum.
- c) abdicar de sua propriedade e submeter-se ao poder do mais forte.
- d) concordar com as normas estabelecidas para a vida em sociedade.
- e) renunciar à posse jurídica de seus bens, mas não à sua independência.

TEXTO: 1 - Comum à questão: 12

O triunfo global do capitalismo é o tema mais importante da história nas décadas que sucederam 1848. Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender mais caro. Uma economia baseada nas sólidas fundações de uma burguesia composta daqueles cuja energia, mérito e inteligência elevou-os a tal posição deveria – assim se acreditava – não somente criar um mundo de plena distribuição material, mas também de crescente felicidade, de avanço das ciências e das artes, numa palavra, um mundo de contínuo e acelerado progresso material e moral.

(Eric J. Hobsbawm. **A era do capital.** Trad.
Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 21)

Questão 12 - (PUCCamp SP)

A crença de que a melhor forma de estimular o capitalismo seria a *competição da livre iniciativa privada*, dentre outras características apontadas pelo texto, pode ser traduzida pelo termo

- a) liberalismo, cujos princípios, sistematizados por John Locke e Adam Smith, circularam amplamente no final do século XIX e começo do XX, valorizando a propriedade privada, o livre mercado, o Estado de direito e a liberdade de pensamento.
- b) neoliberalismo, que aperfeiçoou as regras da oferta e da procura de modo que o Estado interviesse minimamente a fim de garantir a balança comercial favorável, conforme as teses propostas por economistas alemães nos anos 1930.
- c) keynesianismo, que defendia a competição interna e externa como forma de regular o crescimento desmesurado de alguns setores, impedindo crises inesperadas, conforme a teoria econômica elaborada após a II Guerra Mundial.
- d) materialismo utópico, cuja finalidade última era incentivar o crescimento do consumo em todas as camadas sociais e o progresso da civilização humana a ponto de que nas sociedades futuras existisse plena distribuição material.

- e) mercantilismo que, no século XIX, valorizava práticas econômicas que contribuíssem para a expansão de mercados e a livre iniciativa, de forma que as burguesias europeias triunfassem sobre as nobrezas remanescentes.

Questão 13 - (UEM PR)

O filósofo inglês John Locke (1632-1704) construiu uma teoria político-social da propriedade que é, até hoje, uma das referências principais sobre o tema. Afirma ele: “A natureza fixou bem a medida da propriedade pela extensão do trabalho do homem e conveniências da vida. Nenhum trabalho do homem podia tudo dominar ou de tudo apropriar-se. [...] Assim o trabalho, no começo (das sociedades humanas), proporcionou o direito à propriedade sempre que qualquer pessoa achou conveniente empregá-lo sobre o que era comum.” (LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 48; 45; 52)

Em consonância com essa concepção de propriedade do filósofo, é **correto** afirmar que

01. o direito à propriedade é, prioritariamente, fruto do trabalho.
02. o direito à propriedade é fundado naquele que primeiro se apossou do bem (terra, animais etc).
04. o fato de os recursos naturais serem comuns a todos os homens gera um impedimento à propriedade individual.
08. o trabalho individualiza o que era propriedade comum, pois agrega algo particular ao bem.
16. o trabalho antecede a propriedade do bem e não o contrário.

Questão 14 - (UEM PR)

Na história do Ocidente, o longo período que vai do século XV (Renascimento) ao século XVIII (Iluminismo) tem sido considerado pela historiografia como uma época de avanço da racionalização da sociedade. A esse respeito, assinale a(s) alternativa(s) **correta(s)**.

01. O processo de racionalização, ocorrido nessa época, significou o fim do misticismo e das ideias religiosas, como forma de explicação para os fenômenos da sociedade e da natureza.
02. No século XVII, na Inglaterra, John Locke foi um dos fundadores do pensamento liberal.
04. Na obra *Novum organum*, Francis Bacon propôs os princípios da observação e da experimentação, que vieram a se tornar basilares na ciência moderna.
08. No século XVII, o conhecimento da natureza avançou consideravelmente, com destaque para as descobertas de Isaac Newton sobre as leis de gravitação universal e de Kepler sobre as leis dos movimentos planetários.
16. No século XVI, São Tomás de Aquino aprofundou as bases da Patrística com a formulação da Escolástica, trazendo, para o interior da Igreja, os avanços da ciência.

Questão 15 - (UEM PR)

“É preciso assinalar que, uma vez começada a sociedade, as relações já estabelecidas entre os homens exigiam deles qualidades diferentes das que eles possuíam em sua condição primitiva; que, começando a moralidade a introduzir-se nas ações humanas, e sendo cada qual, antes das leis, o único juiz e vingador das ofensas recebidas, a bondade conveniente ao estado natural puro não mais convinha à nascente sociedade; que se fazia preciso que as punições se tornassem mais severas, à medida que as oportunidades de ofender aumentavam de frequência; e que, devido ao terror da vingança, se fazia necessário o freio das leis.” (ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens. In: OLIVEIRA, P. S. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Ática, 2011, p. 36).

Com base na afirmação de Jean-Jacques Rousseau e nos conhecimentos sobre as teorias sociais do período iluminista, assinale o que for **correto**.

01. Os conflitos e as desigualdades sociais são inerentes ao corpo político, cujo surgimento é posterior ao estado de natureza.
02. O contrato ou o pacto social é uma atribuição da realidade divina, a partir da qual a autoridade do governante é regulada.
04. A manutenção dos direitos individuais na sociedade civil implica a subordinação do indivíduo ao estado de direito.
08. As teorias sociais iluministas visavam combater o Estado absolutista a partir de princípios racionais e republicanos.
16. Para Rousseau, o estado de vida pré-contratual e social não é violento ou bárbaro.

Questão 16 - (UPE)

O pensamento de Jean-Jacques Rousseau, fruto do Iluminismo do século XVIII, serve de base, até hoje, para a estrutura política de vários países democráticos ocidentais.

Sobre essa realidade, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) No pensamento de Rousseau, gesta-se a teoria do Estado Contratualista.
- b) Os atuais regimes socialistas do ocidente condenam a propriedade privada com base nos textos de Rousseau.
- c) A teoria da tripartição do poder é herança do pensamento de Rousseau.
- d) A teoria contratualista foi desenvolvida por Rousseau na obra *Origem da desigualdade social entre os homens*.
- e) Na obra *Do contrato social*, Rousseau defende a propriedade privada.

GABARITO:

1) Gab:

1) O príncipe deve ser amoral (“É necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade”); 2) O príncipe deve saber agir de acordo com as circunstâncias para preservar o poder do Estado (“É necessário que o príncipe seja tão prudente que saiba evitar os defeitos que lhe arrebatariam o governo e praticar as qualidades próprias para lhe assegurar a posse deste”). O pensamento de Maquiavel pode ser associado à visão de mundo dos humanistas (entendidos como admiradores das qualidades e potencialidades do ser humano) sob dois aspectos: Maquiavel, assim como os humanistas, recorre ao racionalismo para justificar seu pensamento; além disso, ao valorizar a pessoa do príncipe na condução dos assuntos de governo (no lugar do pensamento predominantemente teocentrista medieval), Maquiavel se associa aos humanistas na ênfase dada à ação do ser humano.

2) Gab: D

3) Gab:

Platão era defensor da aristocracia, contudo não no sentido da riqueza material. Os filósofos e homens de nobreza intelectual e de caráter deveriam governar. Maquiavel sustentou uma antropologia pessimista: o homem seria naturalmente mau. Assim, o Estado precisava ser coerente com seus fins, deixando de lado virtudes morais, como promessas, que podem corroer a boa administração pública.

4) Gab: D

5) Gab: E

6) Gab: 15

7) Gab: E

8) Gab: A

9) Gab: B

10) Gab: B

11) Gab: D

12) **Gab:** A

13) **Gab:** 25

14) **Gab:** 14

15) **Gab:** 21

16) **Gab:** A